

FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: NUANCES DE UMA RELAÇÃO DE CAUSA E EFEITO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA

Daniel Senna Dias

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor substituto do departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ – Instituto Multidisciplinar).

E-mail: daniel.dias@ppge.ie.ufrj.br

 <https://orcid.org/0009-0002-2003-4833>

Arthur Osvaldo Colombo

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: arthur_colombao@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1128-9140>



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Como citar este artigo: Dias, D. S., & Colombo, A. O. (2024). Financeirização e desindustrialização: Nuances de uma relação de causa e efeito para a economia brasileira e latino-americana. *Revista de Economia Mackenzie*, 21(2), 189-212. doi:10.5935/1808-2785/rem.v21n2p.189-212

Recebido em: 4/6/2024

Aprovado em: 10/8/2024

Resumo

A teoria da dependência possui categorias em um nível de análise intermediária em relação ao plano de acumulação em âmbito mundial, como tratado por Marx. As regiões periféricas têm especificidades. A categoria de padrão de reprodução do capital busca criar o nexo teórico entre a condição dependente e as formações econômico-sociais. O capitalismo atual criou uma reprodução do capital em que a reprimarização da pauta exportadora e a desindustrialização são marcas. É evidente o domínio do capital fictício sobre acumulação de capital. A hipótese deste trabalho é de que a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora brasileira são resultados do rearranjo da dinâmica imperialista, após a crise estrutural de 1960-1970. Elaboraram-se uma análise de dados sobre a desindustrialização e um estudo sobre dados da balança de pagamentos e da dívida pública brasileira.

Palavras-chave: Desindustrialização; financeirização; padrão de reprodução do capital; reprimarização; teoria marxista da dependência.

Classificação *JEL*: B51, F50, F54, F68.

INTRODUÇÃO

Acerca do tema da desindustrialização, não é costumeiro pensar o fenômeno a partir do processo de acumulação de capital. O ponto de partida para a reflexão sobre o papel da América Latina nas chamadas cadeias de valor, o *modus operandi* da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), deve ser uma interpretação de como acontece a integração de forma desigual e combinada do capitalismo contemporâneo. Na perspectiva da teoria marxista da dependência (TMD), o mundo está separado hierarquicamente entre formações econômico-sociais em situação dependente e formações imperialistas

(centrais). Os países cujas forças produtivas se constituíram previamente em relação aos dependentes, na época do capitalismo industrial, dominaram as nações débeis, atribuindo o que deveriam produzir de acordo com a necessidade da sua acumulação de capital. É a partir da inserção latino-americana na DIT como fornecedores primários para dar continuidade a acumulação central que se entende a categoria de dependência.

Segundo Santos (1970), a dependência é gestada por condicionantes historicamente construídas. A dependência deve ser compreendida como uma dialética entre externo e interno, das transformações que ocorrem na economia mundial (externo) e como são internalizadas de maneira a moldar as estruturas econômicas internas. O tipo de dependência muda de acordo com o modo de inserção internacional, que, por sua vez, irá influenciar no modo de reprodução do capital. Do final do século XIX até a segunda década do XX, a inserção brasileira era primário-exportadora com o tipo de dependência financeiro industrial; de 1950 até o início de 1980, a inserção, além de manter o papel primário-exportador, foi o destino do capital estrangeiro, tendo em vista o desenvolvimento industrial para captar o mercado interno, e, nesse período, predominou a dependência tecnológico-industrial; de meados de 1980 até a atualidade, a dependência pode ser caracterizada como neoliberal-financeira e tecnológica, em que o país se tornou uma plataforma de valorização financeira juntamente com a retomada do papel primário-exportador, sob efeitos de desindustrialização (Almeida Filho & Araújo, 2015).

Sendo assim, a integração da América Latina ao mercado mundial no final do século XIX como fornecedora primária caracterizou a primeira fase da dependência. Os autores da TMD explicam que, por serem dependentes, as economias periféricas têm parte do excedente de mais-valor produzido expropriado pelas economias centrais em decorrência da integração desigual e combinada ao mercado mundial (Marini, 2005b).

A transferência de valor ocorre na circulação, pois, pelo fato de as economias periféricas estarem suscetíveis à expropriação de parte de seu excedente econômico, elas precisam utilizar mecanismos de compensação. Visto que o avanço tecnológico é monopolizado pelas nações imperialistas, os capitais de produção situados na periferia-dependente do capitalismo recaem mais sobre o trabalho. A superexploração da força de trabalho é uma consequência da subordinação dessas economias na dinâmica imperialista e, portanto, das transferências de valor entre centro-imperialista e periferia-dependente. Assim, constitui-se um elemento estrutural das formações econômica-sociais dependentes. A superexploração é mais bem compreendida como sendo a

elevação do grau de exploração sem que houvesse necessidade de passar pelo aumento da produtividade (Marini, 2005b).

Existem três maneiras combinadas ou não dessa exploração redobrada sobre o trabalho listados por Marini (2005a): remuneração abaixo de seu valor, prolongamento da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho. Luce (2018) acrescenta um novo mecanismo relacionado ao elemento histórico-moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração. Por fim, esse mecanismo de compensação representa a apropriação de parte do fundo de vida do trabalhador para a acumulação de capital.

Quando Marini (2005a) escreveu sua obra clássica dialética da dependência em 1973, o autor tinha em vista o modo como o capitalismo mundial se desdobrava nas partes periféricas do globo. Por último, mas não menos importante, trazemos uma breve discussão sobre o conceito de Estado dependente, segundo Osorio (2019). O Estado é, em última instância, o comitê político da burguesia, porém ele é mais. O Estado é essencialmente um instrumento da classe dominante, porém é além disso também. O Estado é fundamentalmente a condensação das relações de poder, mas também vai além. Enfim, o Estado, aparelho estatal e a sociedade civil representam o centro do poder e estão em intensa disputa inter e entre as classes e frações de classe por sua hegemonia (no sentido gramsciano). O Estado dependente também reúne singularidades advindas do capitalismo *sui generis* periférico. Em primeiro lugar, os Estados dependentes são subsoberanos, pois as burguesias locais optam pela subordinação/associação ao imperialismo, uma condição de sobrevivência para as burguesias mais débeis. Em segundo lugar, o Estado na periferia age para manter a vigência da superexploração da força de trabalho, seja por meio de coerção e/ou consenso.

O objetivo está dentro de um esforço por parte dos teóricos contemporâneos da TMD em um resgate da teoria, que por muito tempo foi exilada do país, bem como sua atualização, tendo em vista as mudanças do capitalismo contemporâneo. Assim, além desta introdução, contamos com uma seção acerca da categoria de padrão de reprodução do capital (PRC) e da apresentação qualificação feita por Osorio (2012b) de um novo PRC especializado e exportador primário, focando a questão da desindustrialização. A seção seguinte corresponde a uma revisão teórica do conceito de financeirização e à configuração do capitalismo contemporâneo com alguns elementos históricos. Na próxima seção, fazemos uma investigação do novo PRC sob os efeitos da inserção subordinada da América Latina no circuito financeiro. A hipótese defendida no trabalho é de que os fenômenos de desindustrialização e finan-

ceirização possuem uma relação de simbiose oriunda da configuração do capitalismo contemporâneo.

1

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO NOVO PADRÃO EXPORTADOR DE ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA

A categoria de PRC visa buscar o nexo teórico entre as leis que regem o capitalismo dependente e as formações econômico-sociais. No próprio texto da “Dialética da dependência”, Marini (2005a) já tinha um corpo teórico daquilo que seria o ciclo da economia dependente, mas apenas posteriormente, no ciclo da economia dependente (Marini, 2011), surgem discussões mais aprofundadas. O último lançamento relevante de Marini acerca do tema foi em 1982, em “Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile”.

A categoria de PRC estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formações econômico-social e conjuntura). Dessa forma, alimenta-se dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (Osorio, 2012a, pp. 40-41).

Segundo Marini (2005a), sobre a América Latina irradiam leis específicas do desenvolvimento capitalista. O fundamento da economia dependente é a superexploração e, conseqüentemente, o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas (Luce, 2018). Marini (2005a) chama de cisão do ciclo do capital da economia dependente esse divórcio, o ciclo não se completa no interior dessas economias. O modo como se configura uma fase da dependência influencia o tipo de reprodução do capital. Assim, na primeira fase, temos o papel primário-exportador em fins do século XIX e início do XX, e, na segunda, o período industrializante, em que a estrutura produtiva passou a produzir bens suntuários – o atual PRC, tal como exposto por Osorio (2012b), tendo em foco a desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora como traço marcante da estrutura produtiva atual.

Os tipos de PRC estabelecidos no Brasil acompanham o seguinte desdobramento: mudam-se o tipo de padrão de acumulação global, o tipo de dinâmica imperialista, as relações de dependência e, conseqüentemente o perfil da reprodução do capital internamente na periferia. Osorio (2012a) apresenta três

diferentes padrões com fases de transição¹ entre um e outro: 1. o agromineiro exportador, que abrange o período da dependência até a segunda década do século XX; 2. o industrializante, compreendido entre a segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970, subdividido na fase autônoma e inter-nalizada (de 1930 até 1940) e na fase marcada pela associação ao capital estrangeiro (após 1950); 3. por fim, o atual, padrão primário-exportador de especialização produtiva que começa em 1980.

Como mencionado, as transformações no sistema mundial capitalista desencadeiam mudanças nas relações de dependência e, por conseguinte, impactam as estruturas internas dos países. Logo, o capital em seu ciclo baseia-se em setores-chave que produzem valores de uso característicos daquele PRC. Logo, no padrão agromineiro, o eixo dinâmico da economia eram os setores exportadores primários. No industrializante, foi impulsionada uma mudança qualitativa na estrutura produtiva mantendo a condição dependente.

O novo padrão guarda significativas semelhanças no referente aos valores de uso produzidos no agromineiro exportador do início do século XX, porém diferencia-se deste último pelas maiores elaborações tecnológicas utilizadas na produção. A condição exportadora vem do fato de que os setores eixos das economias produzem mercadorias para que possam ser realizadas prioritariamente no mercado externo. O aumento expressivo do fluxo de comércio internacional das economias latino-americanas a partir de 2000 e o tipo de bem exportado conformam a inserção primário-exportadora e o lugar da América Latina no mercado mundial.

O capital estrangeiro é fulcral a partir dos anos 1980. Destacamos três movimentos: 1. o capital estrangeiro foi atraído pelas privatizações em larga escala efetuadas na década de 1990; 2. o Investimento Direto Estrangeiro (IED) dessa vez se instala na periferia ou na linha final das cadeias produtivas, a de montagem, cujo valor agregado é menor e gera pouco dinamismo econômico (atividades maquiladoras, por exemplo), ou nos setores produtores de *commodities*; 3. outras formas de valorização do capital são engendradas a partir de 1980 e intensificadas nos anos seguintes. Estamos nos referindo ao capital estrangeiro atuando como bancário-financeiro e se apropriando de juros decorrentes do mercado de dívida pública (Osorio, 2012b).

A noção de PRC nos permite articular a condição exportadora e a condição de vida da classe trabalhadora, o que explica o fato de a América Latina regis-

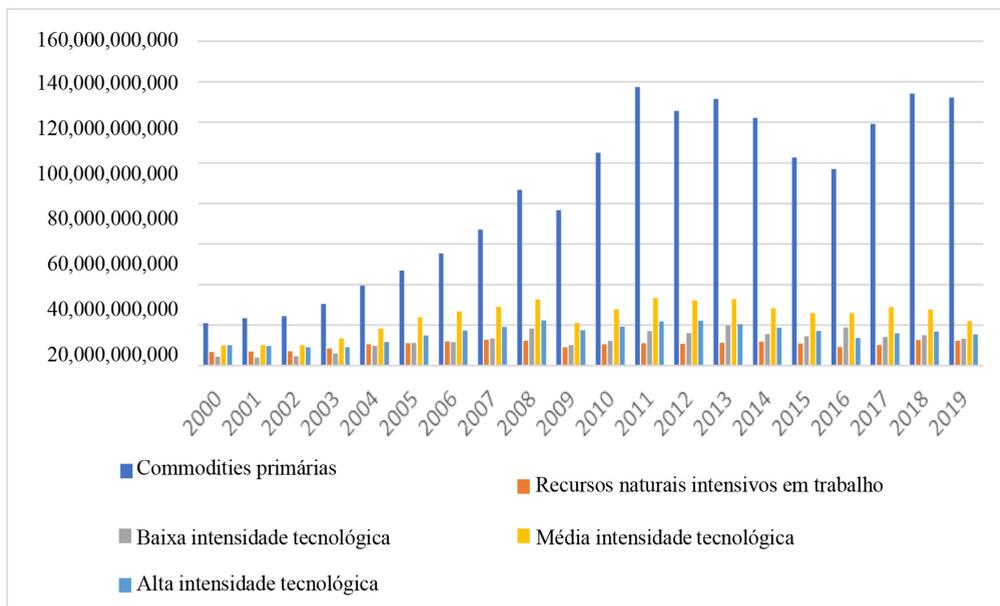
1 Por fase de transição entendemos que, quando um padrão vai perdendo sua força, o próximo não possui força suficiente para ser dominante.

trar altas taxas de crescimento econômico ao mesmo tempo que também registrava a deterioração da vida e do trabalho da maior parte da população (Osorio, 2012b). A mercadoria aqui produzida não se destina ao mercado interno, mas ao externo. Por isso, o mercado interno não é um fator preponderante ao desenvolvimento capitalista periférico. Isso ocorre porque os valores de uso da produção são majoritariamente de bens de uso industrial e de matérias-primas, e o nível de salário médio não é compatível com o preço pelo qual é exportado. Assim, os capitais, para se manterem competitivos no mercado internacional, precisam deteriorar as condições de vida dos trabalhadores. Chamamos isso, anteriormente, de divórcio da capacidade produtiva e das necessidades da maioria da população. Acaba que uma minoria da população que vive de apropriação de mais-valor, renda ou salários elevados é responsável por parte considerável do consumo (Osorio, 2012b).

Os anos 2000 viriam para mostrar um retorno do desenvolvimento calcado nas exportações primárias, levando Osorio (2012b) a afirmar que o período de industrialização foi uma excepcionalidade na história da região. A Figura 1 demonstra o crescimento considerável dos bens de *commodities* primárias a partir de 2000, sendo o período correspondente ao chamado *boom das commodities*. O aumento das exportações é explicado, em parte, pelo aumento da demanda internacional, principalmente da China.

Figura 1

Evolução das exportações de *commodities* em U\$



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados obtidos pelo Atlas da complexidade econômica (2020).

A especialização produtiva em bens de baixa intensidade tecnológica, principalmente depois do baixo dinamismo da economia brasileira após 2011, levou os autores do campo da heterodoxia do pensamento econômico a conceituar o fenômeno da desindustrialização como a perda da importância da indústria manufatureira na geração ou, sob a ótica do produto, a perda da participação da indústria no PIB (Oreiro & Feijó, 2010). Arend (2015) acrescenta que a desindustrialização também é originada do deslocamento de parte da cadeia produtiva para países do Leste Asiático, enquanto a América Latina se insere nas cadeias globais de valor como supridora de bens primários.

À conclusão semelhante também chega o relatório realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), segundo o qual a participação da indústria no PIB brasileiro sofreu uma retração de 21,4% para 12,6% entre 1970 e 2017. O trabalho também parte de uma perspectiva in-

ternacionalista, pois foram reunidos 30 países que detinham 90% do parque industrial do planeta, de 1970 a 2017. Todos os índices do relatório mostram o Brasil passando por uma retração da indústria manufatureira na participação do PIB muito mais intensa e acelerada que qualquer outro dos 30 países. Em 2017, o país possuía o nono maior parque industrial do mundo, com 1,86%, pertencente à fatia brasileira, porém já teve uma participação maior. Por sua vez, os países do Leste Asiático, desde os anos 2000, ganharam a fama pelo protagonismo na produção industrial, principalmente a China. Todavia, num passado não tão distante, a situação era diferente. O Brasil, no começo da década de 1980, era dono de 4,0% da produção industrial mundial, e, na mesma época, China, Coreia do Sul e Índia não somavam o mesmo percentual (Iedi, 2019).

Porém, enquanto uma parte do mundo se desindustrializa, seja a desindustrialização ocorrida em países centrais classificada como madura, pois, mesmo apresentando a perda do peso da indústria, o fenômeno ocorre em economias de alta renda *per capita*, em que um outro setor mais dinâmico substitui o industrial, seja nas economias periféricas, em que a desindustrialização é chamada de precoce por se manifestar em países de baixa renda *per capita* (Oreiro & Feijó, 2010), uma outra parte, o Leste Asiático, se industrializa. No crescimento real acumulado do valor adicionado manufatureiro entre os 30 países listados de 1980 até 2017, o Brasil teve a pior participação com 1,24%, enquanto China (44,69%), Coreia do Sul (18,01%), Indonésia (13,17%), Índia (12,70%) e Malásia (12,54%) estão entre as que mais cresceram. Entre 1980 e 2017, a indústria de transformação brasileira cresceu 24%, em grande contraste com o aumento desse tipo de indústria na economia mundial, na qual houve uma elevação de 204%, e, se excluirmos a China, a indústria de transformação mundial elevou-se em 135%.

2

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

As transformações ocorridas após a crise estrutural do capitalismo, durante as décadas de 1960 e 1970, engendraram uma nova configuração no mercado mundial com o propósito de reverter a tendência da queda da taxa de lucro dos capitais situados nas economias centrais, sobretudo dos Estados Unidos. Entre as mudanças, destacamos duas: a reestruturação produtiva com

deslocamento de partes da produção para os países dependentes em busca de utilizar os menores custos com a força de trabalho e o crescente sobredimensionamento da esfera financeira. O fenômeno da dominação do capital portador de juros, como argumentam muitos autores marxistas (por exemplo, Carcanholo & Nakatani, 2015; Harvey, 2008; Chesnais, 2003; Amaral, 2012), é uma das marcas do capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, a sobreposição da lógica fictícia às demais é a marca do capitalismo que deriva das revoluções nos meios de comunicação das décadas de 1960-1970. Nosso objetivo nesta seção é interligar os aspectos financeiro e produtivo dessas duas esferas.

Primeiro, quando Marx (2017) tratou do ciclo do capital industrial no livro II de *O capital*, cujo objetivo, em um nível maior de abstração, era compreender o capital que se autovaloriza em movimento, o autor argumentou que o capital assume três formas: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria; e a totalidade posta em movimento é o capital industrial. Isso posto, o autor explicou que há desdobramentos das formas que na aparência se apresentam como autônomas. Então, temos o capital-mercadoria se dividindo em capital de mercadoria e capital da mercadoria dinheiro. A autonomização das formas cria uma funcionalidade (e disfuncionalidades) para o ciclo ao permitir a maior rotação do ciclo do capital industrial e assim a geração de uma maior massa de mais-valor. Todas as formas autonomizadas ajudam o capital produtivo a gerar mais-valor, ao passo que também requerem uma parcela desse mais-valor. Destarte, surge a figura do capital bancário, cuja funcionalidade é concentrar o crédito para financiar a produção do capitalista produtivo. Ao conceder crédito, esse capital funciona como capital portador de juros. Esse é um desdobramento dialético do capital bancário. O capital portador de juros possui um último desdobramento, o capital fictício. Diferentemente de seu par, o capital fictício não possui vínculo direto com a produção, assumindo um caráter meramente especulativo. Ele aparece como o capital que se autovaloriza por só ser capital por meio da especulação; parece-se com o capital portador de juros, entendido como a parcela do lucro produzida pelo capitalista ativo destinado ao dono da mercadoria capital, a sua fonte de valorização, porém sem que tenha participado da produção; é apenas especulação. O capital fictício é real do ponto de vista individual, mas ilusório do ponto de vista social (Carcanholo & Nakatani, 2015).

Como os juros são uma forma de apropriação específica numa magnitude menor do que o total da mais-valia, o fato de que a constituição do capital na forma de ações que renda uma forma de mais-valia e não a integralidade, esses integrantes do proprietário da mercadoria capital se contentam com isso. Quanto maior for a proporção do capital total que se constitui nesses moldes,

menor tenderá a ser a redução na taxa média de lucro. Assim, isso é uma contratendência à lei da queda da taxa de lucro. Como os juros são a categoria, que, na aparência, correspondem à apropriação de lucro, em forma de juros, por quem é o detentor da mercadoria capital, todo mundo que detém um juro aparece como proprietário de um detentor de capital, seja de fato ou não. Na forma de capital fictício, uma das formas do capital bancário é justamente o depósito de todas as classes sociais e que os bancos pagam um juro por esse depósito. A lógica do capital fictício é mistificar a própria forma dinheiro, porque ele constitui a base de uma apropriação futura. A partir da capitalização, permite-se a sua monetização, sua transformação em dinheiro (D).

Os Estados Unidos assumiram um papel central quando foram responsáveis por garantir a sustentação do capitalismo no pós-guerra, a partir de um pacto de classe, pelo menos nos países centrais, baseado no paradigma keynesiano. No plano do mercado mundial, os Estados Unidos assumiram a posição de detentores da riqueza e responsáveis pela conversibilidade do dólar, que se tornou uma moeda mundial, em ouro de acordo com o tratado de Bretton Woods.

Como cabia aos estadunidenses o fortalecimento do bloco capitalista, vultosos planos foram aplicados nas economias arrasadas pela Primeira Guerra Mundial, como a Alemanha e o Japão (Gaspar, 2015). Assim ficaram conhecidos os 30 anos gloriosos do capitalismo, em que a economia mundial cresceu consideravelmente. Entretanto, os meados de 1960 e a década de 1970 mostravam o esgotamento do regime de acumulação fordista: os países arrasados pela guerra conseguiram se reestruturar (Carcanholo & Baruco, 2011), e, enquanto o setor produtivo apresentava taxas decrescentes de lucro, o setor financeiro emergia altamente dinâmico impulsionado pelas revoluções tecnológicas.

Lapavitsas (2009) elenca três motivos para o surgimento do padrão de acumulação financeirizado: 1. a presença persistente da tendência da queda da taxa de lucro na década de 1970, somada à baixa produtividade; 2. a revolução tecnológica ocorrida no período que pressionou por mudanças na esfera da produção para fazer frente ao crescimento da especulação na esfera financeira; já que 1 e 2 foram fatores contribuintes para o aumento da taxa de desemprego; e, por fim, 3. as empresas transnacionais oriundas da integração monopólica dominaram a produção e o comércio mundial. O autor também argumenta que há uma assimetria entre as esferas financeira e fictícia em relação à esfera produtiva, as revoluções nos meios de comunicação diminuíram o tempo de rotação do capital, e, por diminuir o tempo de rotação do capital, este pôde fazer o que sempre fez em um período de tempo menor, apropriando-se assim de uma maior taxa de mais-valor.

Então, podemos compreender que, devido à crise estrutural assinalada (queda da lucratividade), o advento da microeletrônica e a consequente dinamização do setor financeiro impuseram uma nova modalidade de acumulação de capital sob as lógicas financeira e fictícia. Por isso, Chesnais (2003) argumenta que o atual regime de acumulação exige a mundialização e a integração desigual e combinada da nova lógica. Lapavistas (2011) reúne alguns aspectos característicos do capitalismo contemporâneo que mostram o domínio do fictício sobre o real. O primeiro deles é o autofinanciamento dos investimentos a partir da venda e compra de ações entre as empresas sem intermediação bancária. O surgimento desse tipo de operação diminuiu os custos de circulação e aumentou a margem de lucro. No segundo aspecto, as instituições financeiras privadas direcionaram-se para os indivíduos por meio da oferta de crédito e do gradativo vínculo em endividamentos com os bancos. O que leva ao terceiro aspecto, a contínua oferta de serviços financeiros (seguros, aplicações financeiras, planos de saúde etc.), que envolve as pessoas numa espiral de dívidas em que seus rendimentos são fatiados pelos bancos, o que o autor denominou de expropriação dos rendimentos do trabalho.

O aparato ideológico por trás das transformações necessárias para a superação da crise vendida como panaceia por organismos internacionais a partir dos anos 1980, que contam com a financeirização, a reestruturação produtiva e a flexibilização das leis trabalhistas, é chamado de neoliberalismo. O neoliberalismo prega, entre tantos ditames, um suposto “Estado mínimo”. Isso significa dizer que seria responsabilidade das forças de mercado trazer o bem-estar social e ótima realocação dos recursos na economia (Carcanholo & Baruco, 2011). O primeiro é prezar a estabilização macroeconômica (controle da inflação e das contas públicas). No segundo, o Estado deve efetuar reformas estruturais pró-mercado para construir o ambiente macroeconômico que promova a livre mobilidade de capitais. E o terceiro consiste na retomada dos investimentos privados garantidores de um novo processo de crescimento e desenvolvimento².

A conta financeira passou a ser crucial para o equilíbrio da balança de pagamentos, o que Chesnais (2003) chamou de começo da dominação financeira. O segundo movimento corresponde à movimentação de um volume de

2 Para uma leitura mais detalhada sobre a implementação das políticas neoliberais nos países da América Latina, ver Colombo e Sartório (2022). Nesse estudo, os autores demonstram que, tanto do ponto de vista comercial (produtivo) quanto financeiro, a implementação dessas orientações político-institucionais e econômicas, ao contrário do que prometiam, levaram as nações a novos tipos de instabilidade, especialmente o Brasil.

dólares fora do controle do FED, primeiramente conhecido como eurodólares. Não tardou para que os dólares sobressalentes no mercado fossem administrados por outras economias, surgindo também o mercado de capitais controlado pelos países produtores de petróleo (petrodólares). Os anos da década de 1980 inauguraram uma nova etapa nas economias dependentes de crises e instabilidade político-social, com o fim de regimes autoritários. A América Latina ingressou de vez no capitalismo financeirizado, e rompiam-se os projetos de industrialização.

A região como um todo mergulhou em uma espiral da dívida externa, e isso aconteceu principalmente pelo fato de essas economias de moedas pouco conversíveis no mercado mundial estarem sujeitas às variações da moeda (quase) universal que era o dólar, agora sem os entraves de uma paridade dólar-ouro. A partir de 1979, com a escalada dos juros internacionais propagada pelo choque Volcker de 1979, instalava-se o regime de câmbio flutuante, e foi por isso que Chesnais (2003) sinalizou que a mundialização do capital bancário deveria ser mundializada de forma desigual e combinada, a decisão do banco central estadunidense representava uma retomada da sua hegemonia e integrou, de maneira subordinada, a América Latina ao sistema financeiro internacional.

Os anos seguintes da década de 1980 foram de grande oscilação para economia mundial, e mais aguda ainda sentiram os países dependentes. A crise da dívida externa na América Latina só se resolveu em 1990 com a volta da liquidez internacional e a possibilidade de aplicar planos de estabilização exitosos. Contudo, não demorou para, no final da década de 1990, a crise de fuga de capitais, iniciada primeiro na Rússia e em alguns países asiáticos, contaminar a região e produzir o mesmo efeito.

3

A SIMBIOSE ENTRE A FINANCEIRIZAÇÃO E A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO ATUAL PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

A financeirização é uma das fontes (determinantes) do fenômeno desindustrializante e de reprimarização no Brasil. A financeirização é o traço fundamental do capitalismo atual, uma determinação histórica combinada com aspectos teóricos para explicar o capitalismo financeirizado e a configuração da

nova DIT. Parte da produção manufatureira deslocou-se para o Leste Asiático, sobretudo aproveitando-se dos menores custos com a força de trabalho, enquanto a América Latina retornava à sua vocação primário-exportadora³. Neste momento, buscamos contribuir para a qualificação do atual PRC de Jaime Osorio (2012b) a partir de contribuições atualmente existentes, sobretudo da de Raposo (2018), e qualificar mais desdobramento da atual fase da dependência. Seguindo o argumento de Amaral (2012), se é necessária a atualização das teorias de imperialismo, também se faz necessária a atualização da dependência, já que uma possível interpretação é de que as interpretações clássicas do imperialismo serviram de ensejo para a criação posterior das teorias da dependência.

Dada a integração monopólica ocorrida em fins da Segunda Guerra Mundial, a formação de grandes oligopólios do capitalismo contemporâneo seria mais um desdobramento de algo que já vinha ocorrendo. Acontece que a tecnologia, que antes já era de difícil propagação para periferia, atualmente se encontra inviabilizada, restando aos países dependentes se comportar como meros importadores das tecnologias geradas nos centros. Ainda segundo Amaral (2012), a superexploração continua sendo o fundamento da dependência latino-americana, inclusive o deslocamento de segmentos da cadeia produtiva das grandes frações do capital produtivo se desloca para a periferia em busca de baixos custos. Além disso, as transferências de valor estão cada vez mais intangíveis em termos de preços, e é cada vez mais difícil estabelecer um preço sobre o conhecimento tecnológico.

Sotelo Valencia (2004) havia salientado que, na nova dependência, a desindustrialização seria o traço distintivo do atual divórcio da estrutura produtiva das necessidades da maioria da população. Também num esforço de caracterização, Raposo (2018) ponderou sobre a dimensão fictícia no atual PRC. Segunda a autora, as economias latino-americanas constituem-se como plataformas de especulação financeira e fictícia, que, por sua vez, afetam o desenrolar do ciclo do capital industrial na economia dependente.

Segundo Colombo e Sartório (2022), nas economias financeirizadas há um estímulo a uma diminuição da formação bruta de capital em favor da especulação. Assim, possui implicação sobre a relação entre capital e trabalho. Existe uma tendência para o rebaixamento salarial e a adoção de medidas por parte

3 Existe uma ampla gama de trabalhos que apontam possíveis determinantes e propostas de resolução para os fenômenos da desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora no Brasil. Colombo et al. (2020) elaboraram uma síntese das principais contribuições no debate nacional, em que organizam os trabalhos e autores em vertentes de pensamento.

do Estado para reduzir o salário indireto (precarização da saúde e educação públicas, previdência etc.). Nesse sentido, os processos de desindustrialização, reprimarização e, conseqüentemente, o baixo dinamismo econômico aparecem como desdobramentos da financeirização subordinada.

A esfera produtiva deixa de ser rentável quando comparada à esfera financeira, fazendo com que os capitais migrem da produção para a especulação. Entretanto, as empresas localizadas no capital produtivo também são regidas pela lógica fictícia, e muitas delas operam no mercado acionário por meio de ações (Lapavitsas, 2011). O ciclo do capital deve ser visto dentro de seus movimentos na ótica do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria, os quais estão integrados na totalidade do capital industrial. Agora, concordamos que a desindustrialização potencializa a piora para o trabalho em sua relação com o capital, muito mais pela tendência de aumento da composição orgânica do capital, principalmente no setor produtor de *commodities* e serviços, em que começa a se formar um contingente de exército industrial de reserva.

Fato é que a retomada da hegemonia estadunidense com o choque Volcker levou ao aumento gigantesco da dívida externa e à grande instabilidade nessas economias; além disso, os governos dos países efetuaram antecipadamente a chamada “estatização da dívida pública”, que piorou ainda mais o cenário econômico ao permitir que agentes privados tomassem dívidas em dólar e pagassem os juros em moeda nacional (Raposo, 2018).

Chesnais (2003) afirma a centralidade das instituições, como CEPALSTAT, Banco Mundial e outras agências multilaterais, na imposição, sob o comando dos Estados Unidos, de medidas neoliberais com a finalidade de garantir a instalação da lógica da valorização fictícia na periferia. Santos (2021) explica que a dialética entre externo e interno consiste no fato de que, por estarem subordinados ao mercado mundial como economias exportadoras de *commodities*, esses países precisam reproduzir internamente uma governança da política econômica que dê sustentação à reprodução do capital. Na década de 1980, a insustentabilidade do governo militar brasileiro cedeu lugar a uma democracia ainda frágil que herdou do antigo regime autoritário a armadilha do binômio da crise da dívida externa-hiperinflação.

A situação da dívida apenas começou a melhorar quando os Estados Unidos intervieram com uma proposta de renovação da dívida externa com termos mais consideráveis ao pagamento do principal da dívida e da rolagem de juros. O governo estadunidense estava preocupado com a seguridade do sistema financeiro mundial, depois do caso de moratória da dívida do México

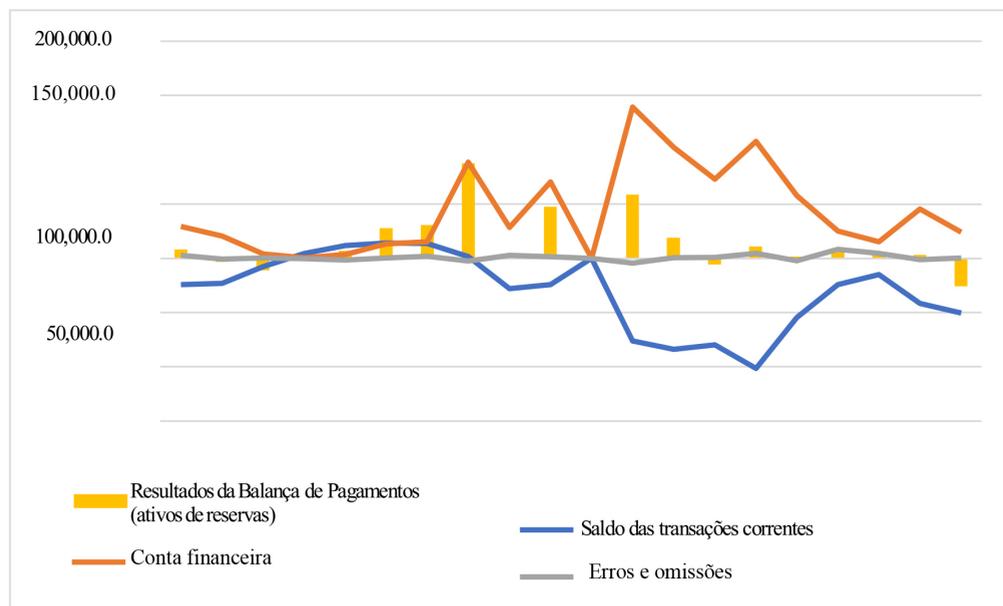
em 1982 e da quase moratória do Brasil em 1987. Porém, a alta da inflação persistia e só seria resolvida com a volta da liquidez internacional e a adoção de medidas neoliberais preconizadas no Consenso de Washington por parte dos governos latino-americanos (Paulani, 2012).

A década de 1980 pode ser compreendida como uma transição do padrão industrializante para o atual padrão exportador, especializado primário e financeirizado. As políticas adotadas por governos, sobretudo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), focaram a viabilização da inserção ativa da economia brasileira na financeirização. As medidas de abertura comercial, a liberalização financeira e as reformas institucionais iniciadas no governo Collor (1990-1992) fizeram parte do programa de governo de FHC e eram necessárias para o compromisso do país com as agências credoras internacionais. O sucesso do Plano Real era essencial para a credibilidade do país nas agências internacionais, de maneira a conferir uma estabilidade para especulação financeira (Paulani, 2012). O segundo governo de FHC (1999-2002) passou por uma crise das moedas dos países menos desenvolvidos com fuga de capitais da periferia para o centro, a crise de natureza financeira ameaçou a sustentabilidade do Plano Real, o câmbio, antes fixo, passou a ser flutuante, e adotou-se o regime de metas inflacionárias, com austeridade nas políticas fiscal e monetária.

Fica nítida nesse período a característica citada por Amaral (2012), na nova etapa da dependência, e por Raposo (2018), acerca do atual PRC, na identificação da mudança de importância para equilíbrio da balança de pagamentos da conta comercial para a financeira. A economia brasileira (e da América Latina) passou a ser uma plataforma de valorização financeira e fictícia, em que a política de juros interna alta se tornou um atrativo à entrada de capitais que estavam à procura de ganhos com a diferenciação de juros interna e externa, como as operações de *carry trade*, em que os investidores estrangeiros obtêm ganhos na contração de empréstimos em moedas com baixas taxas de juros e investem no mercado especulativo de moedas de alta taxas de juros.

Figura 2

Evolução do saldo da balança de pagamentos brasileira em milhões (\$)



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do CEPALSTAT, 2024.

A Figura 2 nos mostra a tendência iniciada no final do governo FHC e continuada nos governos petistas de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014 e 2015-2016) de consolidação da financeirização subordinada, juntamente com a reprimarização da pauta exportadora. Nota-se a trajetória deficitária do saldo de transações correntes, com exceção do período de crescimento do *quantum* e dos preços das *commodities* de 2002 até 2005, o que confirma a nossa tese de perda de importância da balança comercial. O saldo financeiro mostra-se tímido ainda no começo da década de 2000, porém tem sua explosão durante a década de 2010, com um brusco, mas pequeno, refluxo em 2008, no decorrer da crise do *subprime*. Tendo em vista as diferenças entre FHC e Lula, o neoliberalismo desenfreado de FHC cedeu lugar a um governo de conciliação de classes calcado no neodesenvolvimentismo. Apesar das diferenças, os governos petistas assumiram o compromisso firmado por seu antecessor e aprofundaram a economia brasileira na financeirização por meio de

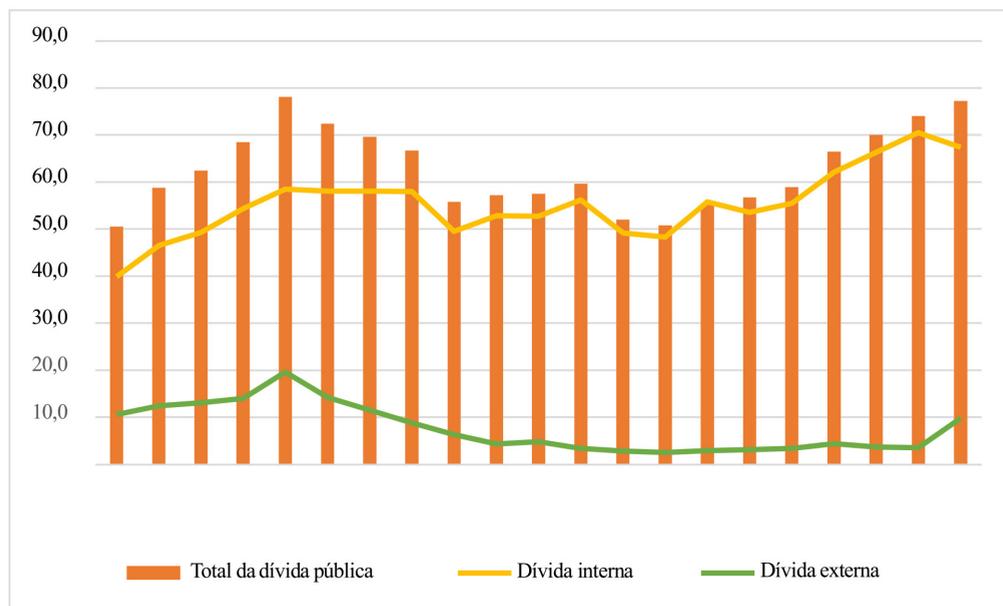
mais reformas institucionais (por exemplo, a reforma da previdência) e abertura financeira, ao mesmo tempo que estimulavam a especialização regressiva da estrutura produtiva brasileira.

No cenário internacional, temos a partir de 2008 um conjunto de políticas anticíclicas nos centros. Logo, a política monetária dos principais bancos centrais do mundo foi de reduzir a taxa básica de juros (Marques & Nakatani, 2013). Antes, vale lembrar, as altas taxas de crescimento do PIB na América Latina, motivadas pelo *boom* de exportações de *commodities*, aumentaram o “apetite pelo risco” desses países, pois essas economias possuíam uma capacidade de solvência que assegurava os investimentos estrangeiros. Na economia brasileira, notamos maior ingresso do capital tanto em investimento em carteira quanto em investimento direto, pois o país tinha a maior estrutura financeira da região (Souza, 2017). Assim, para lidar com a crise, o Banco Central estadunidense operou uma política *quantitative easing*, medida prevista para o relaxamento de ativos monetários. Assim, mesmo com uma curta retração dos capitais nos anos de pico da crise em direção a moedas mais seguras, rapidamente, devido ao excesso de capitais, eles se direcionaram à periferia que, por sua vez, oferecia ganhos na especulação com altas taxas de juros.

Paulani (2012), ao se referir à inserção brasileira no circuito financeiro mundial, pontua que a sobrevalorização cambial levou a uma acentuação de uma tendência que vinha se consolidando de desindustrialização, ou seja, a desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora são uma das consequências da sobrevalorização do dólar. A produção de valores de uso recai sobre a produção de bens primários, e, esta, por sua vez, é dinâmica devido ao papel atribuído aos países latino-americanos como fornecedores primários exportadores na nova DIT. O Estado assume uma posição central na reprodução do capital financeirizado, principalmente quando nos referimos à dívida pública (Raposos, 2018). Ao contrário do discurso neoliberal que defende um Estado mínimo, o Estado é máximo ao capital e mínimo ao trabalho. O Estado prioriza o pagamento e compromisso do orçamento com gastos financeiros para depois, do que restar, gastar nos demais gastos e sendo uma parcela cada vez menor para áreas que afetem a melhoria da maior parte da população. Entre essas despesas financeiras, majoritariamente temos: R\$ 1.004,6 bilhões para refinanciamento da dívida; R\$ 649,8 bilhões para juros e amortizações da dívida, e para demais despesas financeiras R\$ 273,3 bilhões.

Figura 3

Evolução do saldo da dívida pública brasileira por participação percentual no PIB



Fonte: Elaborada pelos autores com base no do banco de dados da Cepal (Cepalstat).

A Figura 3 nos evidencia a explosão da dívida interna notada principalmente a partir de 2010. Então, temos dos movimentos a entrada massiva de capitais estrangeiros via conta financeira a partir de 2010 e a também explosão da dívida interna nesse mesmo período. É importante destacar o cenário político por trás dessa movimentação. A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, iniciou seu mandato em 2011 e parecia ensaiar uma tentativa de um novo rumo para a economia brasileira, com uma rápida diminuição nas taxas de juros internas visando ao aumento do investimento privado, ao mesmo tempo que concedia incentivos para o empresariado brasileiro ao investimento. O Plano Brasil Maior foi um retumbante fracasso, e a política econômica a partir de então seguiu com uma forte retórica de ajuste fiscal na finalidade de a presidenta amenizar os ânimos do bloco no poder.

Estava nítido o fim do PRC baseado na conciliação de classes, e a queda na taxa de lucro aprofundava a crise com reverberações sobre o cenário político. Entrávamos na guerra de todos contra todos (Pinto et al., 2019), e, diante de uma queda da taxa de lucro, as classes dominantes planejaram repassar as perdas consequentes da crise de 2008 para a classe trabalhadora. O Partido dos Trabalhadores (PT), por sua vez, perdia sua funcionalidade perante o controle das massas, como ficou nítido nas jornadas de 2013. O desenrolar do cenário político pós-2013 representou sucessivos fracassos da classe dominada; apesar da reeleição da presidenta Dilma em 2014, o projeto neoliberal de seu adversário ganhou, e, quando assumiu o segundo mandato, ela anunciou um pacote de austeridade fiscal. Mesmo assim, não parecia ser suficiente, o golpe de 2016 e o início do governo Temer vieram para aprofundar o neoliberalismo com o apoio oportunista do imperialismo, que se aproveitou do caos institucional para interferir em seu favor.

CONCLUSÃO

Este artigo tratou do desenvolvimento do capitalismo que inaugurou uma nova etapa neoliberal-financeirizada da dependência. Assim, dentro da dialética entre externo e interno, se estamos tratando de uma nova etapa do capitalismo, falamos de uma nova etapa do imperialismo e, consequentemente, da dependência. Se existe uma mudança externa, essa transformação é internalizada, modifica o tipo de padrão de reprodução de capital aqui existente para um novo e externaliza sua inserção no mercado internacional cumprindo um determinado papel. Nesse caso, é o de exportador primário e como uma plataforma de valorização financeira e fictícia. A desindustrialização periférica nada mais é do que a expressão da acumulação de capital na estrutura produtiva dos países dependentes.

A financeirização é uma das fontes da desindustrialização e reprimarização. Como mencionado, a conta financeira ganha o protagonismo da balança de pagamentos ao garantir seu equilíbrio, e os governos agem constantemente no sentido de garantir a manutenção de reservas. Para tal, a taxa de juros em países de moeda pouco conversível, caso das economias dependentes, precisa ser alta para atrair o capital estrangeiro. Consequentemente, ganha espaço a narrativa do bloco do poder, que também faz parte do jogo especulativo, de responsabilidade fiscal na finalidade de conter o aumento da dívida interna, cujo aumento é oriundo das altas taxas de juros. Isso não exclui a outra fonte de

desindustrialização oriunda da posição que o Brasil (e por extensão a América Latina) ocupa no mercado mundial na nova DIT, cuja inserção é como exportadora primária ou como fornecedora de força de trabalho a baixos custos.

Sotelo Valencia (2004) argumentou que a desindustrialização é o traço fundamental da atual cisão do ciclo do capital, e o nosso objetivo no trabalho foi mostrar as variantes explicativas do fenômeno de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora intermediada pela categoria de PRC. Primeiramente com a qualificação feita por Osorio (2012b) em seu lado da esfera produtiva e depois com a contribuição de Raposo (2018). O pano de fundo da questão é a dependência, e isso não anula os postulados dos primeiros autores da TMD, mas põe o objeto de estudo sob novas determinações do capitalismo contemporâneo.

Pode-se fazer um apontamento de que a transferência de valor via preços – leia-se diferencial de apropriação entre capitais de distintas composições orgânicas – não é fundamentalmente a principal maneira de se transferir valor, sendo a remessa de formas de remuneração do capital fictício que entram por meio da conta financeira a predominante na atual fase da dependência. Pela aparente ausência de limites para especular, as transferências tendem a ser mais acentuadas, e, por isso, podemos fazer outro apontamento: a superexploração é mais intensa. O que é nítido quando vemos a desregulamentação das leis trabalhistas e a precarização do trabalho (uberização) (Traspadini & Amaral, 2021), além do aumento da desigualdade.

Com isso, as crises no PRC atual tendem a ser frequentes e agudas. Por que passa o capitalismo atualmente, sobretudo durante o período de crise sanitária, demonstrou a ofensiva do capital sobre o trabalho. As contradições estão expostas mais do que antes na história recente, sobretudo nas periferias. O número de bilionários aumentou juntamente com o número de pessoas em extrema pobreza durante a pandemia de Covid-19 (Oxfam Brasil, 2022). Não seria absurdo supor que os mecanismos de superexploração estão sendo aprofundados com o objetivo de frear a tendência de queda da taxa de lucro. Ademais, a outra contradição latente é o crescente divórcio da estrutura produtiva com as necessidades da população, e o Brasil, mesmo tendo um dos maiores parques industriais do planeta, não foi capaz de produzir, por exemplo, uma vacina totalmente nacional contra a Covid-19, o que também vale para o alto preço dos alimentos ao mesmo tempo que um elevado número de pessoas passa fome, e isso num dos países que mais produzem alimentos no mundo.

FINANCIALIZATION AND DEINDUSTRIALIZATION: NUANCES OF A CAUSE AND EFFECT RELATIONSHIP FOR THE BRAZILIAN AND LATIN AMERICAN ECONOMY

Abstract

Dependency theory has categories at a detailed level of analysis between the plane of accumulation at the global level, as treated by Marx. Peripheral regions have specificities. The category of capital reproduction pattern seeks to create the theoretical link between the dependent condition and economic-social formations. Current capitalism has created a reproduction of capital whose reprimarization of the export agenda and deindustrialization are hallmarks. The dominance of fictitious capital over capital accumulation is evident. The hypothesis of this work is that the deindustrialization and reprimarization of the Brazilian export agenda are results of the rearrangement of imperialist dynamics, after the structural crisis of 1960-1970. An analysis of data on deindustrialization and a study on data on the balance of payments and Brazilian public debt were carried out.

Keywords: Capital reproduction pattern; deindustrialization; financialization; Marxist dependency theory; reprimarization.

Referências

Atlas de Complexidade Econômica Dataverse (2020). The Growth Lab na Universidade de Harvard, 2020, “Dados de comércio internacional (SITC, Rev. 2)”, <https://doi.org/10.7910/DVN/H8SFD2>, Harvard Dataverse, V10, UNF:6:vHcK1K8DB4sxPwC6qmSuWw== [fileUNF]. <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/H8SFD2>

Almeida Filho, N., & Araújo, P. (2015). The pattern of capital reproduction in Brazil. *World Review of Political Economy*, 6, 320-340.

Amaral, M. (2012). *Teorias do imperialismo e da dependência: A atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. [Tese de doutorado não publicada]. Universidade de São Paulo.

Arend, M. (2015). A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho [Texto para discussão, Nº 2105]. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1-62.

Bambirra, V. (2013). *O capitalismo dependente latino-americano*. Insular.

Carcanholo, M., & Baruco, G. (2011). A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. *Praia Vermelha*, 21(1), 9-23. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/747/257>

Carcanholo, R., & Nakatani, P. (2015). O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In H. Gomes (Org.), *Especulação e lucros fictícios: Formas parasitárias da acumulação contemporânea*, 31-60. Outras Expressões.

CEPALSTAT (2024). Comercio Internacional y Balanza de Pagos. <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>.

CHESNAIS, F. (2003). A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. IN: Uma nova fase do capitalismo. *Françoes Chesnais [et al.]*. São Paulo: Xamã.

Colombo, A. O., Felipe, E. S., & Sampaio, D. P. (2020). A desindustrialização no Brasil: Um processo, várias vertentes. *Revista de Economia da UEG*, 16(1), 81-106.

Colombo, A. O., & Sartório, S. G. P. (2022). Implementação das políticas neoliberais nas principais economias da América Latina: Alterações na condução de políticas e suas consequências. *Revista de Economia Mackenzie*, 19(1), 269-295.

Gaspar, R. C. (2015). A trajetória da economia mundial: Da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. *Caderno Metropolitano*, 17, 265-296.

Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola.

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2019). PIB em 2019 e expectativas para 2020. https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_981.html

Lapavitsas, C. (2009). Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. *Research on Money and Finance*, (10), 98-119.

Lapavitsas, C. (2011). Theorising financialisation. *Work, Employment & Society*, 25(4), 611-626.

Luce, M. (2018). *Teoria marxista da dependência: Problemas e categoria – Uma visão histórica*. Expressão Popular.

Marini, R. M. (1982). Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. *Cuadernos de Cidamo*, (7). http://www.marinescritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.

Marini, R. M. (2005a). Memória: Por Ruy Mauro Marini. In R. Traspardini & J. P. Stedile (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: Vida e obra* (pp. 134-135). Expressão Popular.

Marini, R. M. (2005b). Dialética da dependência. In R. Traspardini & J. P. Stedile (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. Expressão Popular.

Marini, R. M. (2011). O ciclo do capital na economia dependente. In C. Ferreira, J. Osorio, & M. Luce (Orgs.), *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência* (pp. 21-35). Boitempo.

Marques, R., & Nakatani, P. (2013). Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. *Caderno CRH*, 26(67), 65-78.

Marx, K. (2017). *O capital: Crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital* (R. Enderle, Trad.). Boitempo.

Oreiro, J., & Feijó, C. (2010). Desindustrialização: Conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, 30(2), 219-232.

Osorio, J. (2012a) Padrão de reprodução do capital: Uma proposta teórica. In C. Ferreira, J. Osorio, & M. Luce, M. (Orgs.), *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência* (pp. 37-86). Boitempo.

Osorio, J. (2012b). América Latina: O novo padrão exportador de especialização produtiva – Estudo de cinco economias da região. In C. Ferreira, J. Osorio, & M. Luce (Orgs.), *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência* (pp. 103-133). Boitempo.

Osorio, J. (2019). O Estado no capitalismo dependente. In J. Osorio, *O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder* (pp. 205-238). Expressão Popular.

Oxfam Brasil (2022). Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos.

Paulani, L. M. (2012). A inserção da economia brasileira no cenário mundial: Uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Boletim de Economia e Política Internacional*, (10), 89-102.

Pinto, E. C., Pinto, J. P. G., Saludjian, A., Nogueira, I., Balanco, P., Schonerwald, C., & Baruco, G. (2019). A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 54, 108-147.

Raposo, B. F. (2018). *Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Uberlândia.

Santos, T. dos (1970). The structure of dependence. *The American Economic Review*, 60(2), 231-236.

Santos, T. dos (2021). *Evolução histórica do Brasil: Da colônia à crise da nova república*. Expressão Popular.

Souza, H. (2017). *Análise dos fluxos da conta financeira do balanço de pagamentos brasileiro e a dinâmica especulativa dos investimentos diretos (período 2000-2016)*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Uberlândia.

Traspadini, R., & Amaral, M. S. (2021). Uber e a superexploração do trabalho. *Outras Palavras*.

Valencia, A. S. (2004). *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: Maquiladoras y telecomunicaciones*. Plaza y Valdés.